



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**TERMO ADITIVO Nº 03 AO CONTRATO TRE-RO N. 01/2022.**

**TERMO ADITIVO N. 03 AO CONTRATO TRE-RO N. 01/2022 (EVENTO [0783288](#))**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO TRE-RO N. [0003158-69.2021.6.22.8000](#)**

**CONTRATAÇÃO VIA EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS TRE-RO N. 01/2021**

**TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 01/2022, QUE ENTRE SI FAZEM O TRE-RO, E A EMPRESA MAROK SERVIÇOS DE ENGENHARIA ELÉTRICA LTDA., REFERENTE AOS SERVIÇOS DE EXECUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DOS FÓRUMS ELEITORAIS DOS MUNICÍPIOS DE ESPIGÃO DO OESTE/RO E OURO PRETO DO OESTE/RO.**

A UNIÃO, por meio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA – TRE-RO**, inscrito no CNPJ sob o n. 04.565.735/0001-13, com sede na Av. Presidente Dutra, 1889, bairro Baixa União, CEP: 76.805-859, em Porto Velho/RO, neste ato representado por sua Diretora Geral, Senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG \*\*\*.893-SSP/RO e do CPF 475.\*\*\*.\*\*\*-00, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa **MAROK SERVIÇOS DE ENGENHARIA ELÉTRICA LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o n. 15.706.238/0001-04, com sede na Avenida Engº Anysio da Rocha Compasso, 7580, bairro Aponiã, CEP: 76.824-052, em Porto Velho/RO, Telefone(s): (69) 99900-9863 / (69) 3222-0559, E-mail(s): [diretoria@marok.com.br](mailto:diretoria@marok.com.br) / [licitacao@marok.com.br](mailto:licitacao@marok.com.br), neste ato representada por seu sócio administrador, senhor **RICARDO MOREIRA DOS SANTOS**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG \*\*\*677260989\*\*/SSP-GO e do CPF \*\*\*.911.111-\*\*, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, com base nos dados constantes na Solicitação 2/2023/ASSENTE, de 30/01/2023 (evento 0966818) e considerando o Ato de Autorização constante no DESPACHO Nº 117/2023-GABDG, de 09/02/2023 (evento [0975369](#)), celebram, mediante acordo entre as partes, o presente termo, ficando estabelecidas as seguintes cláusulas e condições:



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**DO OBJETO**

**(Artigo 55, I, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA PRIMEIRA** – O presente Termo Aditivo possui os seguintes objetos:

**I – Prorrogar o prazo de vigência do Contrato n. 01/2022** (evento [0783288](#)) por mais 45 (quarenta e cinco) dias corridos, **a contar de 24/02/2023 e data final em 10/04/2023**, em razão da necessidade de maior prazo para conclusão dos serviços; e

**II – Prorrogar o prazo de execução da Ordem de Serviço 01/2022/ SEOP** (evento 0827066), cujo objeto é a ampliação e a reforma do Fórum Eleitoral do Município de Espigão do Oeste/RO (Processo SEI [0000490-91.2022.6.22.8000](#)), por mais 90 (noventa) dias corridos, **a contar de 15/11/2022 e data final em 13/02/2023**, em razão da necessidade de maior prazo para conclusão dos serviços.

**Subcláusula única** - O histórico desta contratação consta no anexo I deste instrumento.

**DA GARANTIA**

**(Artigo 55, VI, da Lei 8.666/93)**



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**CLÁUSULA SEGUNDA** – Para assegurar a plena execução deste presente ajuste e com fundamento nos termos do art. 56 da Lei n. 8.666/93, a **CONTRATADA** deverá apresentar à Administração da **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura deste instrumento, renovação da garantia contratual apresentada inicialmente, observadas todas as condições, prazos, vigências, percentuais e valores constantes no contrato inicial, com fulcro na Cláusula Sexta do Contrato originário e do art. 56, § 2º, da Lei 8.666/93.

**DO FUNDAMENTO LEGAL**  
**(Artigo 55, XII, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA TERCEIRA** - O presente Termo Aditivo é celebrado com fundamento no artigo 57, I, c/c § 1º, V, da Lei n. 8.666/93, e na Cláusula Quarta, Subcláusula Segunda, do Contrato originário.

**DA RATIFICAÇÃO**

**CLÁUSULA QUARTA** - Ficam ratificadas todas as cláusulas e condições estabelecidas no Contrato Originário e não alteradas pelos aditivos e pelas apostilas posteriores.

**DA PUBLICAÇÃO**



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**(Artigo 61, Parágrafo único, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA QUINTA** - O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia e no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Art. 61 da Lei n. 8.666/1993.

E por estarem, CONTRATANTE e CONTRATADA, assim acordados, lavrou-se o presente Termo, que após lido e achado conforme, foi assinado pelas partes contratantes através do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, e pelas testemunhas abaixo.

Porto Velho/RO, 10 de fevereiro de 2023.

<b>LIA MARIA ARAÚJO LOPES</b> Pelo CONTRATANTE	<b>RICARDO MOREIRA DOS SANTOS</b> Pela CONTRATADA
Aldací Souza Mota CPF: ***.504.772-** Testemunha	Luciano da Silva Santos Braga CPF: ***.434.482-** Testemunha



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**ANEXO I DO TERMO ADITIVO N. 3 AO CONTRATO N. 01/2022/TRE-RO**  
**HISTÓRICO DA CONTRATAÇÃO**

**Valor inicial do Contrato, mais valores e informações dos aditivos/apostilas:**

<b>Contrato/Aditivo/Apostila (Objetos, valores, datas de assinatura e de vigência)</b>	<b>Valor inicial do contrato e valor de cada aditivo/apostila</b>	<b>Percentual de acréscimo/supressão de cada aditivo realizados nesta contratação (Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93)</b>
Contrato 01/2022 (assinado em 27/01/2022) – Volume VIII do PA respectivo (evento n. <a href="#">0783288</a> ), Vigência de 240 dias corridos, a contar de 27/01/2022 até 23/09/2022; e  Execução da OS 01/2022 SEMAP (Fórum Eleitoral de Ouro Preto do Oeste), prazo de execução 180 dias corridos, a contar de 23/02/2022 até 21/08/2022. (Garantia: R\$ 110.066,90)	<b>R\$ 2.201.338,18</b>	-
1º Termo Aditivo (assinado 20/09/022 – Volume IX do PA respectivo (evento <a href="#">0901645</a> ), com os seguintes objetos:  1. Prorrogação da Vigência por mais 90 dias corridos, a contar de 24/09/2022 até 23/12/2022; e  2. Prorrogação do prazo de execução da OS 01/2022 SEMAP	-	-



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(Fórum Eleitoral de Ouro Preto do Oeste) por mais 51 dias corridos, a contar de 22/08/2022 até 12/10/2022.		
<p>2º Termo Aditivo (assinado 07/10/2022 – Volume XI do PA respectivo (evento <a href="#">0915300</a>), com os seguintes objetos:</p> <p>I – Registrar a supressão contratual no percentual de 16,55 % sobre o valor atualizado do Contrato n. 01/2022, correspondente ao valor de R\$ 364.381,67, sem efeitos financeiros;</p> <p>II – Registrar o acréscimo contratual no percentual de 16,55 % sobre o valor atualizado do Contrato n. 01/2022, correspondente ao valor de R\$ 364.381,67, sem efeitos financeiros;</p> <p>III – Prorrogar o prazo de vigência do Contrato n. 01/2022 por mais 60 dias corridos, a contar de 24/12/2022 e data final em 23/02/2023; e</p> <p>IV – Prorrogar o prazo de execução da Ordem de Serviço – OS 01/2022/SEMAP, cujo objeto é a ampliação e a reforma do Fórum Eleitoral do Município de Ouro Preto do Oeste/RO, por mais 100 dias corridos, a contar de 13/10/2022 e data final em 22/01/2023;</p>	-	<p>Supressão: - 16,55%</p> <p>Acréscimo: +16,55%</p>
<p>3º Termo Aditivo (assinado 02/02/2023 – Volume XII do PA respectivo (evento <a href="#">0976420</a>), com os seguintes objetos:</p> <p>I – Prorrogar o prazo de vigência do Contrato n. 01/2022 por mais 45 dias corridos, a contar de 24/02/2023 e data final em 10/04/2023; e</p> <p>II – Prorrogar o prazo de execução da Ordem de Serviço – OS 01/2022/SEOP, cujo objeto é a ampliação e a reforma do Fórum Eleitoral do Município de Espigão do Oeste/RO, por mais 90 dias corridos, a contar de 15/11/2022 e data</p>	-	



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

final em 13/02/2023.

\*Eventuais divergências nas somas são decorrentes de arredondamento de casas decimais em cálculos envolvendo dízimas periódicas.

<b>VALOR ATUALIZADO CONTRATO PARA FINS DE EVENTUAL CÔMPUTO DE ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES</b> – Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010 - Plenário.	<b>R\$ 2.201.338,18</b>
<b>PERCENTUAL TOTAL DE ACRÉSCIMOS/SUPRESSÕES REALIZADOS NESTA CONTRATAÇÃO</b> (Em relação ao valor inicial atualizado contrato –Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010 – Plenário).	Supressão: - 16,55% Acréscimo: +16,55%



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 10/02/2023, às 12:21, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 10/02/2023, às 12:23, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANO DA SILVA SANTOS, Auxiliar Administrativo(a)**, em 10/02/2023, às 13:07, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0976420** e o código CRC **6635A825**.

PROCESSO: 0003158-69.2021.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO PREDIAL - SEAP

ASSUNTO: Prorrogação dos prazos de execução e vigência - Contrato n. 01/2022 - Objeto: Ampliação e a reforma dos Fóruns Eleitorais dos municípios de Espigão do Oeste e Ouro Preto do Oeste - Minuta de Termo Aditivo - Análise.

**PARECER JURÍDICO Nº 11 / 2023 - PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC**

**I – DO RELATÓRIO**





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**01.** Trata-se de procedimento administrativo que teve como finalidade a contratação de empresa especializada na execução de obras de engenharia para atender as necessidades de ampliação e reforma dos Fóruns Eleitorais dos municípios de Espigão do Oeste e Ouro Preto do Oeste, neste Estado, materializada no Contrato Administrativo n. 001/2022 ([0783288](#)). Atualmente em execução, com termo final do prazo para **execução dos serviços fixado em 22/01/2023 e vigência em 23/02/2023.**

**02.** Por meio da Solicitação n. 02/2023 ([0966818](#)) o Titular da Assessoria de Engenharia - ASENGE deste Tribunal submeteu ao Secretário da SAOFC a necessidade de formalização de aditivo ao contrato original para prorrogação dos prazos do Contrato n. 01/2022, nos seguintes termos:

I - Prorrogação do **prazo de execução** da Ordem de Serviço n. 1/2022 - SEOP ([0827066](#)), cujo objeto é a ampliação e a reforma do **Fórum Eleitoral de Espigão do Oeste**, por mais 90 (noventa) dias corridos, a contar de 14/11/2022 e data final em 14/02/2023;

II - Prorrogação do **prazo de vigência** do Contrato n. 01/2022 ( [0783288](#)) por mais 45 (quarenta e cinco) dias corridos, a contar de 23/02/2023 e data final em 09/04/2023, em razão da necessidade de maior prazo para conclusão dos serviços.

**03.** A medida foi assim justificada pela ASSENGE:

I - De acordo com a Ordem de Serviço n. 1/2022 - SEOP ([0827066](#)), a execução de obra de ampliação e a reforma do Fórum Eleitoral de **Espigão do Oeste/RO** deveria ter sido concluída em 14 de novembro de 2022 - de acordo com o cronograma apresentado pela própria contratada, evento SEI n. [0838673](#) - porém ainda se encontra em execução de estrutura e alvenaria, conforme demonstrado na Informação n. 63/2022 - ASSENGE ([0952491](#));

II - Até esta data, a Contratada, também **não apresentou o alvará de licença de obra**, de acordo com o exposto na mesma Informação n. 63/2022-ASSENGE e, segundo informado pela contratada, também está pendente a



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

apresentação da nota fiscal de prestação de serviço do profissional do serviço de elaboração de projeto arquitetônico, conforme documento juntado no evento SEI n. [0959644](#);

III - A empresa contratada foi notificada dos atrasos - Notificação n. 1/2022 - ASSENTE ([0952822](#)). Em sua defesa informou que irá providenciar novo cronograma com a data de conclusão dos serviço ([0959644](#));

IV - A ASSENTE se manifestou pelo não acolhimento dos argumentos da Contratada ([0967386](#)), até porque, segundo diz, a contratada não apresentou o novo cronograma, apenas informou que apresentaria. Esclarece que a contratada apresentou **pedido de reconsideração** por meio do Ofício Carta n. 03/2023 - evento [0971543](#), acompanhado pela proposta do novo Cronograma - [0967962](#), **com solicitação de 90 dias para concluir as obras.**

**03.** Por meio do Despacho 179/23 ([0971715](#)), a Secretária substituta da SAOFC autorizou a instauração de processo de apuração de responsabilidade em face da contratada e, **concomitantemente**, À SECONT para elaboração de minuta de termo aditivo para o registro do pleito, efetivamente juntada no evento [0972104](#) e a esta unidade para análise jurídica. Assim instruídos aportaram os autos nesta Assessoria Jurídica. **É o necessário relato.**

## **II – CONSIDERAÇÕES INICIAIS**



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**04.** Inicialmente, convém ressaltar que este parecer utiliza como base os elementos que constam nestes autos (Processo SEI n. 0003158-69.2021.6.22.8000) até a presente data.

**05.** Ressalte-se que, conforme art. 58-A, inciso I c/c XI, do Regimento Interno do Corpo Administrativo do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, com redação dada pelo Resolução TRE-RO n. 11/2022, e demais atos normativos regulamentadores das atividades dos Assessores Jurídicos, é responsabilidade desta Assessoria prestar consultoria jurídica, de forma imparcial, aos atos praticados no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia – TRE/RO.

**06.** O presente parecer se restringirá aos aspectos jurídicos, com base nas peças constantes dos autos, não adentrando no mérito técnico e administrativo, salvo patente ilegalidade. Isso não significa, porém, que não poderão ser tecidas considerações e recomendações a respeito da motivação dos atos para melhor embasá-los.

**07.** A manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados.

### **III - DA ANÁLISE JURÍDICA**

#### **3.1 Da prorrogação pretendida - Prazos de execução e vigência.**



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**08.** como já relatado, a ASSENGE requer a **prorrogação do prazo de execução** da Ordem de Serviço n. 1/2022 - SEOP ([0827066](#)), por mais 90 (noventa) dias corridos, a contar de 14/11/2022, com termo final em 13/02/2023 e do **prazo de vigência** do Contrato n. 01/2022 (evento [0783288](#)) por mais 45 (quarenta e cinco) dias corridos, a contar de 23/02/2023, com termo final em 10/04/2023. Os termos finais foram ajustados pelos dados que constam na minuta do aditivo elaborada pela SECONT e juntada no evento [0972104](#).

**09.** Além de pactuada expressamente na **Subcláusula Segunda da Cláusula Quarta do Contrato Administrativo n. 001/2022**, a pretensão encontra abrigo no **art. 57, I, como também no § 1º, V, do mesmo artigo da Lei n. 8.666/93**, veja-se:

**Art. 57.** A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

**I -** aos projetos cujos produtos **estejam contemplados nas metas estabelecidas no Plano Plurianual**, os quais poderão ser prorrogados se houver interesse da Administração e desde que isso tenha sido previsto no ato convocatório;

(...)

§ 1º Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega **aditem** prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:

**I -** alteração do projeto ou especificações, pela Administração;

**II -** superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

**III -** interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração;

**IV -** aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por esta Lei;

**V - impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;**

**VI -** omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis. (sem destaque no original)

(...)



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**10.** Assim, tratando-se de obra, e portanto com previsão obrigatória no plano plurianual, a lei prevê expressamente a possibilidade de prorrogação do contrato, desde que prevista inicialmente. Ainda em relação ao **prazo de execução**, o § 1º do dispositivo acima transcrito também traz a permissão para a sua dilação quando presente alguma das situações listadas nos seus incisos. No caso em análise, de acordo com a unidade gestora, a contratada não apresentou o alvará de licença de obra, estando também pendente a apresentação da nota fiscal de prestação de serviços do profissional responsável pela elaboração de projeto arquitetônico, conforme documento juntado no evento SEI n. [0959644](#). Tais fatos, da responsabilidade de emissão por terceiros, leva à possibilidade de enquadrar a situação descrita no **art. 57 § 1º, V, da Lei n. 8.666/93**.

**11.** Mesmo que assim não fosse não faria sentido negar a extensão do termo final do prazo de execução para a conclusão dos serviços de reforma. Trata-se de um **contrato de escopo**, o qual apenas poderá ser recebido definitivamente quando concluída totalmente a execução do seu objeto, uma obra. Mesmo que a situação não se adeque totalmente aos tipos listados pelos incisos do § 1º do art. 57 da LLC, a eventual rescisão do contrato produziria um prejuízo desarrazoado à Administração. Assim, a prorrogação do prazo de execução, dimensionada apenas para a conclusão dos serviços, **cumulada com a apuração de eventual responsabilidade da contratada pelo atraso no cronograma da obra - fato já registrado no processo** - parece ser a medida que melhor atende o interesse público. Aliás, essa é a solução adotada rotineiramente pela Administração do TRE-RO para situações análogas.

**12.** Quanto à prorrogação do **prazo de vigência** do pacto, verifica-se que essa decorre meramente da prorrogação dos prazos de execução, situação que a possibilita com fundamento no **caput art. 57 da Lei n. 8.666/93**, já que demonstrada a necessidade de sua dilação justamente em razão da ampliação do prazo de execução pleiteada.

### **3.2 Da minuta do aditivo para registro dos atos - Da manutenção do valor da garantia.**



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

13. A SECONT trouxe ao processo a MINUTA DO TERMO ADITIVO N. 3 ([0972104](#)) ao Contrato Administrativo n. 01/2022 para os registros dos atos buscados na pretensão da CONSEG.

14. Após análise de seus aspectos formais, verifica-se que o referido instrumento contempla a contento as informações necessárias e suficientes ao propósito dos atos aqui narrados e analisados., motivo pelo qual conclui-se que está em **conformidade** com as regras do art. 55 da Lei n. 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação, **não havendo reparos a fazer nessa seara. Contudo**, torna-se necessário ajustar o fundamento legal do ato, conforme aqui indicado: *artigo 57, I, c/c § 1º, V, da Lei n. 8.666/93, e na Cláusula Quarta, Subcláusula Segunda, do Contrato originário.*

15. Verifica-se que, de acordo com a CLÁUSULA SEXTA do ajuste originário, a SECONT já inseriu na referida minuta a obrigação de a contratada renovar a garantia existente, dimensionada para o novo prazo de vigência do contrato. Nessa linha, deverá a contratada ser notificada para tanto, devendo a gestão do contrato observar com rigor seu cumprimento.

#### **IV – DA CONCLUSÃO**

16. Pelo exposto, opina esta Assessoria Jurídica pela possibilidade de **prorrogação do prazo de execução** da Ordem de Serviço n. 1/2022 - SEOP ([0827066](#)) por mais 90 (noventa) dias corridos, a contar de 14/11/2022, com termo final em 13/02/2023 e do **prazo de vigência** do Contrato n. 01/2022 (evento [0783288](#)) por mais 45 (quarenta e cinco) dias corridos, a contar de 23/02/2023, com termo final em 10/04/2023, com fundamento no art. 57, I c/c § 1º, V, do art. 57 da Lei n. 8.666/93 e na Subcláusula Segunda da Cláusula Quarta do contrato originário.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

17. Por fim, para cumprimento do art. 38, Parágrafo único, da Lei n. 8.666/93, esta Assessoria Jurídica **APROVA** os termos da minuta juntada aos autos (0972104), **devendo a SECONT observar, todavia, os ajustes na minuta referidos no item 14 deste parecer previamente a sua assinatura.**

À consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO**, Assessor Jurídico, em 03/02/2023, às 11:30, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0973152** e o código CRC **A5CC2B47**.

0003158-69.2021.6.22.8000

PROCESSO: 0003158-69.2021.6.22.8000.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

INTERESSADO: Assessoria de Engenharia - **ASSENGE**

ASSUNTO: Prorrogação dos prazos de vigência e execução do contrato nº 1/2022 – ampliação e a reforma dos Fóruns Eleitorais dos Municípios de Espigão do Oeste e Ouro Preto do Oeste.

**DESPACHO Nº 117 / 2023 - PRES/DG/GABDG**

Trata-se de procedimento administrativo que teve como finalidade a contratação de empresa especializada na execução de obras de engenharia para atender as necessidades de ampliação e reforma dos Fóruns Eleitorais dos Municípios de Espigão do Oeste e Ouro Preto do Oeste, neste Estado, materializada no Contrato Administrativo n. 001/2022 ([0783288](#)), atualmente em execução, com termo final de vigência em **23/02/2023** ([0915300](#)).

A Assessoria de Engenharia - ASSENGE, verificando a proximidade do final do prazo de vigência do Contrato n. 001/2022 ([0783288](#)) e o encerramento do prazo de execução **da Ordem de Serviço 01/2022/ SEOP** (evento 0827066 - ampliação e a reforma do **Fórum Eleitoral de Espigão do Oeste**), manifestou-se quanto à prorrogação dos referidos prazos por mais 45 dias e 90 dias, respectivamente, em razão da necessidade de maior prazo para conclusão dos serviços nos termos do cronograma físico-financeiro elaborado pela contratada e juntado ao evento n. [0967962](#), bem como levantou a questão de eventual aplicação de penalidade à contratada em razão do não cumprimento do cronograma pactuado das obras.

Na sequência, a Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade determinou a instauração de processo de apuração de responsabilidade em face da contratada, bem como encaminhou o feito, concomitantemente, à SECONT, para juntar minuta de termo aditivo, e à AJSAOFC, para emissão de parecer jurídico ([0971715](#)).

Assim, a SECONT juntou aos autos a minuta do Termo Aditivo n. 3 ([0972104](#)) ao Contrato n. 001/2022 ([0783288](#)), remetendo à Assessoria Jurídica da SAOFC para análise ([0972105](#)).





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

A AJSAOFC emitiu o Parecer Jurídico n. 11/2023 ([0973152](#)), opinando pela possibilidade das prorrogações pretendidas, com registro do ato em termo aditivo, com fundamento no **art. 57, I, c/c §1º, V da Lei 8.666/93 e na Cláusula Quarta, Subcláusula Segunda, do Contrato n. 01/2022**, bem como pela necessidade de renovação da garantia nos termos pactuados. Por fim, aprovou a minuta apresentada pela SECONT (evento [0972104](#)), por estar em conformidade com as regras da Lei n. 8.666/93 e atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam as contratações públicas, anotando, tão somente a necessidade de ajustar o fundamento legal do ato.

Em atenção aos apontamentos registrados no parecer da AJSAOFC, a SECONT procedeu aos ajustes recomendados juntando nova versão da minuta de termo aditivo ao evento n. [0973259](#), rementendo os autos à SAOFC para apreciação ([0973260](#)).

Por sua vez, a SAOFC manifestou-se favorável às prorrogações do Contrato sob análise, nos mesmos termos do Parecer Jurídico supracitado (Manifestação n. 64/2023 - [0973262](#)).

Vieram os autos para apreciação nesta Diretoria-Geral.

Inicialmente, registra-se que nesta ocasião será apreciada a questão das prorrogações dos prazos de execução da **Ordem de Serviço 01/2022/ SEOP** (evento 0827066 - ampliação e a reforma do **Fórum Eleitoral de Espigão do Oeste**) e vigência do Contrato n. 001/2022 ([0783288](#)), deixando a apuração de eventual responsabilidade por descumprimento contratual para momento oportuno e em procedimento específico autuado para tal fim, nos termos do despacho exarado pelo Secretário da SAOFC (evento n. [0971715](#)).

Como bem asseverado pela Assessoria Jurídica da SAOFC, é pacífico o entendimento deste órgão quanto à possibilidade de prorrogação de contratos administrativos em execução pelo prazo necessário para o cumprimento do objeto contratual. Além disso, nos termos da solicitação n. 2/2023 ([0966818](#)), a unidade gestora informou que as prorrogações pretendidas são necessárias para a execução completa da reforma e ampliação do Fórum Eleitoral de Ouro Preto do Oeste, que não se fará possível dentro do prazo de vigência atual do contrato nº 1/2022.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Ademais, além de encontrar previsão na Subcláusula Segunda da Cláusula Quarta do Contrato Administrativo n. 01/2022 que rege a avença, a **prorrogação dos prazos contratuais** encontra amparo no art. 57 da Lei de Licitações, *in verbis*:

"Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

**I - aos projetos cujos produtos estejam contemplados nas metas estabelecidas no Plano Plurianual, os quais poderão ser prorrogados se houver interesse da Administração e desde que isso tenha sido previsto no ato convocatório;**

[...]

§ 1º Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:

I - alteração do projeto ou especificações, pela Administração;

II - superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

III - interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração;

IV - aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por esta Lei;

**V - impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;**

VI - omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis." (destacamos)

Da leitura do dispositivo acima citado, percebe-se que para o caso concreto há permissivo legal a possibilitar as prorrogações pretendidas nos termos do **art. 57, I c/c § 1º, V, da Lei n. 8.666/93**, uma vez que respectivamente, tratando-se de obra, e portanto com previsão obrigatória no plano plurianual, a lei prevê expressamente a possibilidade de prorrogação do contrato, desde que prevista inicialmente no edital do certame, o que verifica-se no evento n. [0766515](#).

Ademais, no caso em tela, o objeto da contratação não será concluído de acordo com o planejado, em razão da demora na liberação do alvará da obra, fato constatado em relatório de vistoria realizada em 28/04/2022, juntado no evento [0831521](#), e retratado novamente no ofício juntado no evento n. [0971543](#), estando também pendente a apresentação da nota fiscal de prestação de serviços do profissional responsável pela elaboração de projeto arquitetônico, conforme documento



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

juntado no evento SEI n. [0959644](#). Tais fatos, da responsabilidade de emissão por terceiros, leva à possibilidade de enquadrar a situação descrita no **art. 57 § 1º, V, da Lei n. 8.666/93**.

Como bem pontuado no parecer jurídico juntado ao evento n. [0973152](#), trata-se de um contrato de escopo, o qual apenas poderá ser concluído com a total execução do seu objeto, uma obra.

A prorrogação do prazo de vigência do referido contrato decorre da prorrogação dos prazos de execução, situação que a possibilita com fundamento no **caput art. 57 da Lei n. 8.666/93**, já que demonstrada a necessidade de sua dilação justamente em razão da ampliação do prazo de execução pleiteada.

Cabe registrar que, com fundamento no §2º do art. 56 da Lei n. 8.666/93, **a CONTRATADA deverá apresentar à Administração, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do termo aditivo, renovação da garantia contratual apresentada inicialmente** indicada nos termos da CLÁUSULA SEXTA do ajuste e sistematizada na Cláusula Segunda da minuta SECONT ([0973259](#)).

Registra-se, ainda, que a minuta de aditamento foi aprovada pela Assessoria Jurídica, cumprindo assim o disposto no artigo 38, parágrafo único, da Lei de Licitações e Contratos. Já havendo a juntada de nova versão da referida minuta ([0973259](#)) contendo a alteração pontual registradas pela AJSAOFC, não havendo outras ponderações a serem feitas.

Diante da possibilidade de prorrogação prevista no **art. 57, I, c/c § 1º, V, da Lei n. 8.666/93**, bem como da constante da Subcláusula Segunda da Cláusula Quarta do Contrato Administrativo n. 01/2022 ([0783288](#)), com amparo na delegação de atribuições descrita no art. 1º, inciso II, da Portaria n. 66/2018/GP:

**a) AUTORIZO a prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº. 01/2022 ([0783288](#)), por mais 45 (quarenta e cinco) dias corridos, a contar de 24/02/2023 e data final em 10/04/2023**, e do prazo de execução da Ordem de Serviço 01/2022/ SEOP (evento 0827066) por mais 90 (noventa) dias corridos, **a contar de 15/11/2022 e data final em 13/02/2023**, sem ônus para este Tribunal, mantidos os demais termos e condições pactuados; e



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**b) DETERMINO a notificação da contratada para apresentar complementação da garantia contratual no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do aditivo contratual**, observadas todas as condições, prazos e valores constantes no contrato inicial, com fulcro na Cláusula Sexta do Contrato originário e do art. 56, § 2º, da Lei 8.666/93, consoante registrado na Cláusula Segunda da minuta do Terceiro Termo Aditivo ([0973259](#)).

À SAOFC para adoção das demais medidas para o devido processamento do feito.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 09/02/2023, às 16:14, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0975369** e o código CRC **6F7442BC**.